



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de Abril de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1ª Parte

Audição da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, sobre a OPA da Camargo Corrêa à CIMPOR, na sequência de requerimento do PS.

#### 2ª Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 64/XII (relativa à reunião de 18 de abril de 2012)
2. Requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre introdução de portagens na Via do Infante.
3. Requerimento do PS para audição do Prof. António Borges, no âmbito das audições sobre a OPA da Camargo Corrêa à CIMPOR
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 49/XII/1.ª (ALRAM) – "Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de abril, alterado pelas Leis n.ºs 50/2008, de 27 de agosto, e 21/2011, de 20 de maio, que "Regula a atribuição de um subsídio de mobilidade social aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira"

Relator: Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP)

5. Petição n.º 149/XI/2.ª – "Pelos direitos dos consumidores de serviços de transporte rodoviário da Península de Setúbal"

Apreciação do requerimento de desistência (artigo 16.º, n.º 3, da Lei do Exercício do Direito de Petição)

6. Petição n.º 122/XII/1ª – "Solicitam a reabertura da estação de correios de Safara, com a manutenção da totalidade de serviços que prestava até ao seu encerramento."

Apreciação e votação da nota de admissibilidade

Nomeação de relator (cabe ao PSD)



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

#### 7. Outros assuntos

---

##### **1ª Parte**

##### **Audição da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, sobre a OPA da Camargo Corrêa à CIMPOR, na sequência de requerimento do PS.**

O Senhor Presidente cumprimentou a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, Dra. Maria Luís Albuquerque e deu-lhe a palavra para a sua intervenção inicial.

A Senhora Secretária de Estado fez o enquadramento da OPA lançada pela Camargo Corrêa sobre a Cimpor e explicou que a disponibilidade manifestada pela CGD, para vender a participação que detém nesta última, se insere no âmbito do Memorando de Entendimento assinado com a Troika e com o FMI e se prende com o processo de desavalancagem gradual da banca por via da alienação das participações que não constituem o seu core business.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra o Senhor Deputado Basílio Horta para, em nome do GP do PS, transmitir que PS não se opõe à venda da Cimpor à empresa brasileira, desde que o negócio seja transparente e útil para os acionistas, expor as razões que levaram à apresentação de um requerimento para a presente audição e questionar a Senhora Secretária de Estado sobre os contornos da operação da OPA da Camargo Corrêa sobre a Cimpor, o papel do Governo em todo o processo enquanto único acionista da CGD, e do Senhor Dr. António Borges enquanto consultor do Governo. O Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD), para questionar a Senhora Secretária de Estado sobre afirmações feitas anteriormente à Comissão pelas administrações da CGD e da Cimpor e pedir esclarecimentos sobre as mais-valias previstas com esta alienação e sobre a intervenção do Governo na operação. O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP), para sublinhar que as anteriores OPA à Cimpor já ocorreram há dois anos, num contexto económico e financeiro mais favorável do que o atual e se pronunciar sobre a salvaguarda do interesse público que deve ser acautelado pela CGD no processo de alienação, sobre a definição do preço de venda das ações da Cimpor e o aumento de liquidez esperado com este negócio. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) para se pronunciar sobre a clarificação feita pela Senhora Secretária de Estado sobre os contornos do processo, perguntar qual o papel do Governo na operação e qual a participação da própria Cimpor, em todo o processo de decisão, manifestar a sua preocupação relativamente ao futuro dos trabalhadores da empresa e à futura localização da sede social da Cimpor, sobre o preço



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

de venda das ações, sobre o acordo parassocial celebrado com a Votorantin e, finalmente, sobre o financiamento da CGD ao Grupo Melo para a OPA sobre a Brisa. A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) para questionar a Senhora Secretária de Estado sobre as garantias dadas pela Camargo Corrêa sobre a continuidade da empresa na economia portuguesa, sobre as opções estratégicas do Governo, sobre o financiamento da CGD à operação da OPA sobre a Brisa e sobre as prioridades do Governo e da CGD no que concerne a operações financeiras.

A Senhora Secretária de Estado respondeu individualmente às perguntas dos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Basílio Horta (PS) para apelar à salvaguarda da manutenção da unidade da Cimpor, para se pronunciar sobre o preço e sobre as condições de venda, sobre a concorrência entre a Cimpor e as empresas brasileiras Camargo Corrêa e Votorantin e, ao concluir, sobre o prospeto da OPA lançada pela Camargo Corrêa. O Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) para transmitir que o GP do PSD se considerara totalmente esclarecido sobre o processo de alienação da Cimpor e a posição do Governo e da CGD nesta matéria. O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) para fazer algumas considerações acerca da origem estrangeira da maior parte do capital atual da Cimpor, sobre o preço de venda das ações da CGD, sobre os pressupostos do acordo parassocial celebrado com a Votorantin, sobre o papel da CGD na defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores da Cimpor. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP), sobre o envolvimento da acionista Votorantin no processo de alienação da Cimpor, sobre o nível de participação da própria Cimpor em toda a operação, sobre a importância estratégica dos ativos a alienar e sobre as orientações emanadas do Governo para a operação de OPA sobre a Brisa. A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) sobre a prevalência das obrigações da CGD na salvaguarda do interesse público, sobre as orientações dadas pelo Governo à CGD sobre o financiamento à OPA da Brisa, sobre o escasso número de potenciais compradores para a Cimpor, sobre as garantias dadas ao Estado no negócio da Cimpor e sobre o papel do Senhor Dr. António Borges nesta operação.

A Senhora Secretária de Estado deu resposta conjunta às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Na terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Basílio Horta (PS) para responsabilizar a CGD pela diminuta transparência do processo, para comentar o financiamento do passivo da Cimpor e a sua dívida atual, comparar as diferenças de rating



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

externo entre a Cimpor e a Camargo Corrêa e a salvaguarda do interesse nacional neste negócio. O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), para destacar alguns aspetos que retirou da audição acerca da defesa do interesse nacional, da necessidade de concentração da CGD nas suas atividades core, das condições de venda, da manutenção da Cimpor na bolsa portuguesa e da salvaguarda dos quadros da empresa no futuro. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP), para responsabilizar o Governo neste processo, para solicitar esclarecimentos sobre o nível de envolvimento da Votorantin com a Camargo Corrêa, sobre as diferentes posições assumidas pela CGD no caso dos ativos da Brisa e nos da Cimpor. A Senhora Deputada Catarina Martins (BE), para afirmar que o seu GP iria votar favoravelmente a audição do Senhor Dr. António Borges nesta Comissão e salientar que se confirmou não existirem garantias sobre as reais decisões futuras dos novos acionistas da Cimpor.

No final da terceira e última ronda de perguntas, a Senhora Secretária de Estado respondeu em bloco a todas as questões foram colocadas pelos Deputados.

A audição foi objeto de gravação na íntegra, encontrando-se disponível na página da Comissão na Internet.

#### **2ª Parte**

##### **1. Apreciação e votação da ata n.º 64/XII (relativa à reunião de 18 de abril de 2012).**

A ata n.º 64/XII, relativa à reunião de 18 de abril de 2012, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

##### **2. Requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre introdução de portagens na Via do Infante.**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o requerimento do GP do PCP e expos as razões justificativas da vinda do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: para prestar os necessários esclarecimentos sobre a introdução de portagens na Via do Infante.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) considerou recorrente a questão da introdução de pagamento de portagens nas ex-SCUT e foi de opinião que o anterior Governo já o deveria ter feito. Informou que o GP do PSD não viabilizaria a audição do Senhor Secretário de Estado, por não a considerar oportuna neste preciso momento, uma vez que a Comissão se desloca ao



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

Algarve no início do próximo mês, ocasião em que poderá recolher mais informações relevantes sobre a matéria previamente à audição do Governo.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) referiu que a questão, apesar de ter sido abordada na última reunião com o Ministro da Economia e do Emprego, não foi aprofundada. Considerou esta questão crítica para a economia, em especial para o sector do turismo. Argumentou ainda que o problema não se restringe à Via do Infante, uma vez que afeta todas as entradas no país que anteriormente se faziam pelas SCUT. Em seu entender, o problema não se resolve apenas com a Via Verde ou a harmonização de formas de pagamento automático nos dois países, uma vez que a maioria dos cidadãos espanhóis não necessita de qualquer forma de pagamento automático de portagens. Finalmente, alertou para a necessidade de recuperar a imagem do país, que sofreu um forte abalo com a situação que se verificou, na Páscoa, na A22, considerou que ficaria mal à maioria bloquear a vinda do Secretário de Estado para esclarecer como vai ser resolvida a situação e referiu que o Governo teria de explicar também a anunciada decisão de acabar com todas as isenções nas ex-SCUT.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) lembrou os critérios para introdução das SCUT, bem como as medidas que o Governo já anunciou para resolver o problema que surgiu com o pagamento prévio das portagens por cidadãos estrangeiros na altura da Páscoa. Argumentou também que o Ministro da Economia e do Emprego tinha dado explicações há cerca de duas semanas e que brevemente uma delegação da Comissão iria em visita de trabalho ao Algarve, o que lhe permite ver qual é a situação no terreno, tendo concluído que o Governo está a trabalhar na solução desta questão. Informou também que o seu grupo parlamentar iria votar contra o requerimento em causa.

Pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) foi reiterada a posição do seu partido de abolição das portagens nas ex-SCUT e referido o impacto que as portagens na A22 têm na economia regional, com os prejuízos a ultrapassarem as receitas conseguidas pela cobrança de portagens, tendo considerado extremamente importante ouvir os dados concretos que o Governo tem sobre a cobrança de portagens. Concluiu que o requerimento não foi feito muito cedo, porque o Algarve vive essencialmente do turismo, que começa a crescer a partir de maio, pelo que discutir esta questão mais tarde seria muito tarde, e apelou aos Deputados da maioria que, independentemente da posição que pudessem ter sobre as portagens, não negassem a possibilidade de discutir uma questão tão importante para região.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

#### **3. Requerimento do PS para audição do Prof. António Borges, no âmbito das audições sobre a OPA da Camargo Corrêa à CIMPOR**

Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Basílio Horta, para apresentar o requerimento, o Senhor Presidente informou que no final do dia anterior tinha chegado à Comissão um requerimento do PCP para ouvir, sobre a mesma matéria, a Comissão de Trabalhadores e as estruturas sindicais da CIMPOR. Uma vez que o PSD solicitou que este requerimento não fosse discutido nessa altura, foi o mesmo adiado para a reunião ordinária seguinte.

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) usou da palavra para apresentar o requerimento para audição do Prof. António Borges, argumentando que o seu grupo parlamentar pretende esclarecer em que medida e que critérios teve a sua intervenção nesta consultoria, que é particularmente qualificada.

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi afirmado que o PSD nada tinha a opor a esta audição, apesar de entender que seria redundante, considerando a audição que tinham acabado de fazer à Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, que responde pelo Governo neste processo.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) afirmou não entender a razão pela qual o PSD propôs o adiamento da discussão do requerimento do PCP, tendo considerado essencial ouvir as estruturas de trabalhadores sobre a OPA. Quanto ao requerimento do PS, expressou posição de concordância com o mesmo e considerou que esta poderia ser uma oportunidade para melhor se perceber qual a posição do Prof. António Borges na estrutura do Governo.

Finalmente, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) considerou que a audição do Prof. António Borges se tornou coerente com a audição realizada durante essa reunião.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Como declaração de voto, o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) afirmou que registava e reconhecia a atitude da maioria em votar a favor deste requerimento. Defendeu que a audição



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

não seria repetitiva, uma vez que a Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças veio dizer que o Governo não teve influência na decisão e que se houve um parecer do Professor António Borges foi a solicitação da Caixa Geral de Depósitos.

**4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 49/XII/1.ª (ALRAM) – "Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de abril, alterado pelas Leis n.ºs 50/2008, de 27 de agosto, e 21/2011, de 20 de maio, que "Regula a atribuição de um subsídio de mobilidade social aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira"**

**Relator: Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP)**

O Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) apresentou de forma breve o parecer sobre a proposta de lei n.º 49/XII/1.ª.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Saraiva (PSD), para saudar o relator e considerar sensíveis as questões dos transportes ligados às especificidades insulares e que importava perceber quais os encargos orçamentais; e Paulo Campos (PS), para saudar o relator, realçar a importância dos assuntos relacionados com a mobilidade dos portugueses, onde se inclui o assunto desta iniciativa legislativa e defender que tudo o que possam ser incentivos ou diminuição de custos quanto à mobilidade deve ser visto de forma ponderada.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

**5. Petição n.º 149/XI/2.ª – "Pelos direitos dos consumidores de serviços de transporte rodoviário da Península de Setúbal"**

**Apreciação do requerimento de desistência (artigo 16.º, n.º 3, da Lei do Exercício do Direito de Petição)**

O Senhor Presidente deu conta do requerimento de desistência da petição apresentado pelos seus subscritores e colocou à consideração da Comissão se o mesmo deveria ser aceite ou se a petição deveria prosseguir a sua tramitação, por se considerar de interesse público. Os grupos parlamentares presentes pronunciaram-se unanimemente pela aceitação do requerimento de desistência da petição.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL**

**6. Petição nº 122/XII/1ª – "Solicitam a reabertura da estação de correios de Safara, com a manutenção da totalidade de serviços que prestava até ao seu encerramento."**

**Apreciação e votação da nota de admissibilidade**

**Nomeação de relator (cabe ao PSD)**

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade da petição aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD).

### **7. Outros assuntos**

Nada havendo a tratar no último ponto da ordem do dia, a reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de Abril de 2012.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Agostinho Lopes  
Carina Oliveira  
Catarina Martins  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Saraiva  
Rui Paulo Figueiredo  
Afonso Oliveira  
Basílio Horta  
José Alberto Lourenço  
José Manuel Rodrigues  
Paulo Cavaleiro  
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Luís Menezes  
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia